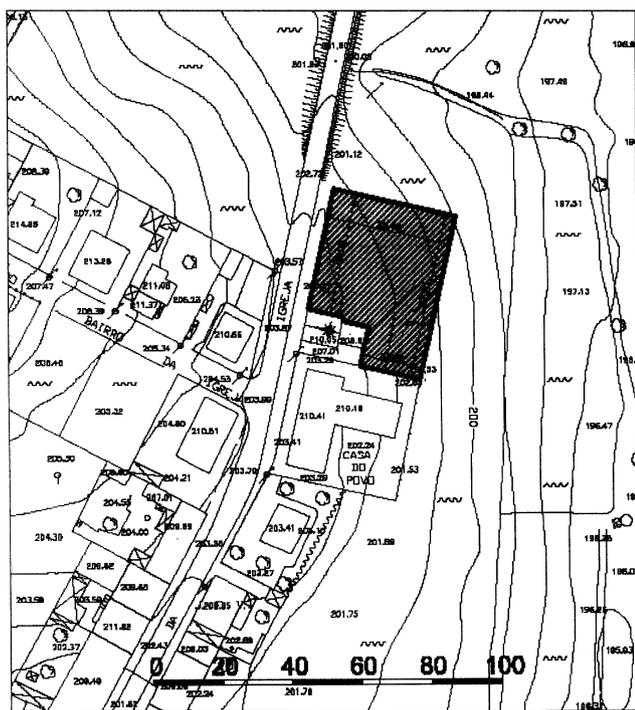


ANEXO

Planta de Localização e de identificação da parcela a expropriar



Artigo rústico nº299, secção B, da Freguesia de S. Vicente do Pigeiro, Concelho de Évora

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 15 390/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 1/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, a licenciada Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Murta Ladeira para exercer funções de subdirectora-geral do Instituto de Informática.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007, inclusive.

22 de Junho de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças,
Fernando Teixeira dos Santos.

ANEXO

Nota curricular (académica e profissional)

Nome — Maria Júlia Fonseca Cardoso Neves Murta Ladeira.

Data de nascimento: 8 de Maio de 1955.

Formação universitária:

Bacharelato em Economia da Universidade técnica de Lisboa — 14 valores 1975;

Licenciatura em Engenharia Informática da Universidade Nova de Lisboa — 15 valores — 1977;

Frequência do curso de mestrado em Ciências da Computação da Universidade de Coimbra — 1985.

Actividade profissional:

No Instituto de Gestão Informática e Financeiro da Saúde — vogal do conselho de administração responsável pela área de informática e comunicações (2005-2007);

No Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde — adjunta do Gabinete (Julho de 2005);

No Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça:

Presidente do conselho directivo e directora-geral da DGSI (Setembro de 1998-Junho de 2005);

Responsável pelos projectos de informatização dos tribunais, dos registos e do notariado e da Rede de Comunicações da Justiça;

Responsável pela realização dos escrutínios dos actos eleitorais;

No Hospital de Curry Cabral — assessora do conselho de administração (Outubro de 1997-Setembro de 1998);

No Hospital de São Francisco Xavier — assessora informática principal (Abril-Outubro de 1997);

No Instituto Nacional de administração — assessora informática principal (Novembro de 1996-Abril de 1997);

No Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde:

Vogal do conselho de administração (1993-1996);

Responsável pelo Departamento de Informática;

Delegada nacional para a área de cuidados de saúde ao Programa Aplicações Telemáticas de Interesse Comum, do 4.º Programa Quadro da UE;

No Serviço de Informática do Ministério da Saúde — directora de serviços de Sistemas de Informação (1991-1993);

Na Direcção-Geral da Administração Pública — assessora informática (1988-1991);

No Instituto de Informática — técnica superior principal (1987-1988);

No IPO — Centro de Oncologia de Coimbra — técnica superior principal (1986-1987);

Na Escola superior de Tecnologia de Tomar — consultora (1985);

Na Direcção-Geral da Organização Administrativa (DGOA):

Directora de serviços (1983-1985);

Responsável pelo Centro de Processamento de Dados da DGOA;

Técnica superior principal, de 1.ª e de 2.ª classes (1977-1983);

Secretária da CT 78 — Comissão Técnica de Normalização Informática.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

EXÉRCITO

Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 15 391/2007

Delegação de competências n.º 85 do general CEME no *national contingent commander* da EUFOR

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 9.º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 61/2006, de 21 de Março, delegeo no TCOR ART (NIM 12680584) Nuno Manuel Monteiro Fernandes, na qualidade de *national contingent commander* (NCC) dos elementos nacionais destacados (END) da EUFOR, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de «eur»?5000, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugada com o n.º 5 do artigo 4.º da Lei Orgânica do Exército.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 10 de Março de 2007, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

21 de Março de 2007. — O Chefe do Estado-Maior do Exército,
José Luís Pinto Ramalho, general.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais

Despacho n.º 15 392/2007

Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do

Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear do DPP do MAOTDR e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das novas atribuições cometidas ao DPP;

Considerando que a licenciada Ana Teresa Álvaro Corregedor Ferreira Santos possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau, directora de serviços de Planeamento e Gestão Estratégica, do DPP do MAOTDR, a licenciada Ana Teresa Álvaro Corregedor Ferreira Santos, assessora principal do quadro de pessoal do mesmo Departamento, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

21 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *João Eduardo Gata*.

Nota curricular

Nome — Ana Teresa Álvaro Corregedor Ferreira Santos.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Agronomia, especialidade em Agro-Pecuária, pelo Instituto Superior de Agronomia, (Universidade Técnica de Lisboa), com média final de 12 valores;

Pós-graduação em Especialização em Estudos Europeus, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, organizado pelo Centro de Estudos e Documentação Europeia, com nota final de 14,3 valores.

Experiência profissional — desde 1990 a exercer funções na Direcção de Serviços de Investimento no Sector Público Administrativo, inicialmente como técnica e recentemente como coordenadora responsável pela elaboração e gestão do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, bem como da respectiva execução. De igual modo, assegurou funções no âmbito da adicionalidade no que se reporta ao relatório relativo ao QCA II, à definição da metodologia para tratamento da informação relativa ao investimento da administração central, bem como do suporte informático inerente à recolha de elementos de entidades externas. Colaborou ainda nos trabalhos de elaboração dos relatórios *on going* e *ex post* da adicionalidade, no âmbito do QCA II. Colaborou também na elaboração das Grandes Opções do Plan.º Integrou a representação do DPP no grupo técnico responsável pela análise das propostas de Lei do Enquadramento orçamental e participou ainda na definição dos programas orçamentais concretizada na sequência da lei anteriormente referida. Coordenou a elaboração do painel de indicadores para o investimento da administração central no âmbito dos programas orçamentais em vigor. Coordenou o estudo sobre a análise de convergência de prioridades estratégicas no QREN 2007-2013 e no PIDDAC.

Despacho n.º 15 393/2007

Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear do DPP do MAOTDR e as competências das respectivas unidades orgânicas. Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios,

sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das novas atribuições cometidas ao DPP;

Considerando que o licenciado Luís Carlos Romana Chainho possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau, chefe de divisão de Políticas Bilaterais, Multilaterais e de Apoio ao Desenvolvimento, do DPP do MAOTDR, o licenciado Luís Carlos Romana Chainho, técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do mesmo Departamento, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

21 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *João Eduardo Gata*.

Nota curricular

Luís Carlos Romana Chainho é licenciado em Relações Internacionais, mestrando em Estudos Africanos, a elaborar dissertação, especializado em cooperação para o desenvolvimento. Desempenha funções no Gabinete de Relações Internacionais desde 1 de Julho de 1999 e é técnico superior de 1.ª classe desde 1 de Fevereiro de 2005.

No Gabinete de Relações Internacionais do MAOTDR tem vindo a desempenhar as funções de coordenação das actividades deste Ministério nas relações com as agências especializadas da ONU, com a OCDE e outras organizações internacionais no que respeita à cooperação para o desenvolvimento, de coordenação e apoio à intervenção do MAOTDR junto dos países com os quais Portugal se relaciona e são beneficiários de ajuda pública ao desenvolvimento, particularmente os países da CPLP, garantindo neste âmbito, em conjunto com os respectivos departamentos homólogos, o cabal funcionamento da rede ambiental da CPLP, de promoção da negociação e elaboração dos programas e projectos de cooperação em articulação com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, promoção e coordenação da preparação e participação nas actividades de cooperação bilateral e multilateral, nomeadamente Cimeiras Luso-Argelina, Luso-Brasileira, Luso-Espanhola, Luso-Marroquina, e Luso-Tunisina e *fora* multilaterais. Tem vindo a assegurar a representação do MAOTDR no secretariado permanente da Comissão Interministerial para a Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros. É membro da comissão nacional do Comité MAB (Man and Biosphere), da UNESCO, em representação do MAOTDR. É ponto focal nacional no grupo de trabalho de cooperação para o desenvolvimento e ambiente da OCDE. São ainda objecto de particular referência as actividades desempenhadas na organização do 2.º Encontro Lusófono de Ambiente e na organização do IV Fórum Ibero-Americano de Ministros do Ambiente. De entre os eventos internacionais onde representou o MAOTDR, destacam-se: V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental/Simpósio em Educação Ambiental de Países Lusófonos; I World Urban Forum do Programa da ONU para os Estabelecimentos Humanos; 25.ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (Istambul + 5) destinada à avaliação da implementação da Agenda Habitat; 34.ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento da ONU subordinada ao tema «População, desenvolvimento e ambiente», tendo ainda integrado a delegação nacional à Reunião Ministerial Conjunta Ambiente/Desenvolvimento da OCDE.

Despacho n.º 15 394/2007

Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear do DPP do MAOTDR e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garan-